



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA:	PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2025
PROCESSO ADM.	0162366/2025
OBJETO:	O objeto da presente licitação é escolha da proposta mais vantajosa para o FMS visando contratação de empresa apta no fornecimento de 01 (um) veículo automotor 0Km <u>ADAPTADO</u> PARA AMBULÂNCIA, destinado a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde/FMS deste Município de Piracanjuba-GO, conforme discriminações, quantidades e especificações no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexos desde edital de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações c/c Decretos Municipal de regulamentação, juntamente com o ETP, TR e demais anexos do Edital.
RECORRENTE:	NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14
CONTRARRAZOANTE:	WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07
RECORRIDO:	PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA-GO – SÁVIO VIANA DA SILVA



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

I – DAS PRELIMINARES

RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa licitante **NAVESA AUTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **44.330.274/0001-14**, por meio do seu procurador/representante legal, devidamente qualificado nos autos, em face da decisão que declarou classificada/habilitada no certame a empresa **WA VEICULOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **30.936.530/0001-07**, devidamente qualificado na peça recursal, com fundamento no art. 165, inc. I, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, em face da decisão do Pregoeiro, lavrada em Ata da sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico nº 025/2025, ocorrido no dia 03/10/2025 às 08:30 horas (horário de Brasília).

a) **Tempestividade:**

a1) Na licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, o prazo para apresentação de recurso é de até 3 (três) dias úteis, conforme disciplinado no artigo 165, inc. I, alínea “c”, da Lei 14.133/2021, conforme segue:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

(...)

a2) Desta feita, começa a partir da publicação dos atos da administração a contagem do prazo legal para apresentação das razões que é de até 3 dias úteis, sendo igual o prazo para apresentação das contrarrazões após encerrado o prazo das razões.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

a3) A empresa: **NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14**, protocolizou de forma TEMPESTIVA suas razões(recurso) na plataforma de pregão eletrônico BOLSA NACIONAL DE COMPRAS-BNC, <https://bnc.org.br/>, conforme disciplina o Ato Convocatório.

a4) A empresa: **WA VEICULOS E CONSTRUÇOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07**, protocolizou de forma TEMPESTIVA suas contrarrazões na plataforma de pregão eletrônico BOLSA NACIONAL DE COMPRAS-BNC, <https://bnc.org.br/>, conforme disciplina o Ato Convocatório.

a5) Conforme registrado em Ata, após a classificação/habilitação da vencedora da licitação, a RECORRENTE manifestou imediata e motivadamente a intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro, anexando ao sistema suas razões de recurso dentro do prazo de 03 (três) dias.

b) Legitimidade:

A empresa licitante recorrente e contrarrazoante participaram da sessão pública, devidamente representadas pelo representante legal já qualificada nos autos, apresentando na plataforma eletrônica BOLSA NACIONAL DE COMPRAS-BNC, <https://bnc.org.br/>, conforme consta registrado na movimentação do sistema eletrônico, em obediência às disposições do Ato Convocatório.

Assim, a peça recursal apresentada cumpre os requisitos de admissibilidade previstos no Edital, na Lei de Licitações Contratos nº 14.133, art. 165 c/c Decreto Municipal nº 21/2024, art. 37, pelo que se passa à análise de suas alegações.

A seguir, examinaremos cada ponto discorrido na peça recursal da empresa RECORRENTE, em confronto com as contrarrazões da RECORRIDA, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos.

II- DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTO DA RECORRENTE



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

A empresa NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14, resumidamente, alega o seguinte:

(...)

1. O Pregão Eletrônico nº 025/2025 destina-se à aquisição de **VEÍCULO NOVO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA**.
2. O **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) estabeleceu, como requisito **obrigatório e essencial**, a seguinte especificação para o compartimento de carga: "**COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2 METROS, OU MAIS, DE COMPRIMENTO**". Esta medida é indispensável para acomodar a maca de 1,95 metros com segurança, conforme as exigências para o serviço de ambulância.
3. A empresa vencedora, **WA VEICULOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, ofertou o veículo **VW/Saveiro Robust CS 1.6**, cujo comprimento interno (aproximadamente **1.660 mm**) é manifestamente **incompatível** com o mínimo de 2.000 mm exigido.
4. As empresas seguintes, classificadas em 2º, 3º, 4º e 5º lugares, também ofertaram veículos que **não cumprem** este requisito mínimo, conforme demonstrado abaixo:
 - 2º Lugar (**LIZARD SERVIÇOS LTDA**): **VW/Saveiro Robust CS 1.6 (1.660 mm, conforme consulta na internet, porque a ficha técnica não traz a informação).**
 - 3º e 4º Lugares (**B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** e **INNOVATTO VEICULOS LTDA**): **RENAULT/KANGOO (1.866 mm conforme ficha técnica anexa).**
 - 5º Lugar **CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA**: **PEUGEOT/PARTNER RAPID (1.649 mm conforme ficha técnica anexa).**
5. Apenas o 6º colocado, **NAVESA AUTOS LTDA**, apresentou um veículo **CITROEN/JUMPY CARGO**, com área de carga com 2.862 mm de comprimento, atendendo o requisito de forma plena **(ficha técnica anexa).**
6. O Pregoeiro, ao aceitar a proposta da empresa vencedora (e, por consequência,



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

as das licitantes subsequentes até o 5º lugar), ignorou o requisito dimensional essencial, violando a vinculação ao Edital.

(...)

III- DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTO DA CONTRARRAZOANTE

A empresa **WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **30.936.530/0001-07**, resumidamente, alega o seguinte:

(...)

DA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO EDITAL

Com efeito, "o princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve ser interpretado sistematicamente, considerando-se a finalidade do certame e a razoabilidade das exigências".

No caso em análise, o termo "adaptado" é a chave hermenêutica que permite compreender que o edital não exige um veículo com dimensões nativas específicas, mas sim um veículo que, após o processo de adaptação, atenda integralmente às especificações técnicas.

(...)

A proposta da WA VEÍCULOS atende integralmente às exigências do ato convocatório, pois o veículo, após a adaptação técnica, apresentará 2.100mm de comprimento interno, superando em 5% o mínimo exigido de 2.000mm.

(...)

DOS PRECEDENTES TÉCNICOS

O alongamento de pick-ups para ambulâncias é prática consolidada no mercado brasileiro, amplamente utilizada por municípios de diversos portes. A técnica é reconhecida pelo CONTRAN e pelo DENATRAN, não havendo qualquer vedação legal ou



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

técnica para sua utilização.

(...)

IV - DA ANÁLISE

Os julgados da Administração Pública estão embasados, dentre outros, nos princípios gravados no art. 5º da Lei 14.133/2021, conforme segue:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

No que tange ao mérito, embora a empresa **NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14**, na qualidade de RECORRENTE, tenha apresentado suas alegações, é importante destacar que o pregoeiro conduziu a licitação em estrita conformidade com todos os preceitos e normas legais pertinentes. Sua atuação foi pautada pela observância rigorosa das regras estabelecidas no edital de licitação, especialmente no que se refere ao cumprimento dos princípios fundamentais da Administração Pública, conforme delineado na Lei nº 14.133/2021. As ações do pregoeiro foram realizadas de forma imparcial, ética e legal, com o objetivo de atender exclusivamente ao interesse público, sem qualquer indício de favorecimento ou suspeição nos atos praticados.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

Avançando no mérito para a análise das alegações da empresa RECORRENTE **NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14**, que questiona a decisão do Pregoeiro que declarou a classificação/habilitação da empresa **CONTRARRAZOANTE WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07**. Exponho abaixo, as medidas adotadas e as ponderações formuladas que fundamentaram a decisão final.

A RECORRENTE alega em síntese o seguinte: O **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) estabeleceu, como requisito **obrigatório e essencial**, a seguinte especificação para o compartimento de carga: **"COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2 METROS OU MAIS DE COMPRIMENTO"**. Esta medida é indispensável para acomodar a maca de 1,95 metros com segurança, conforme as exigências para o serviço de ambulância. A empresa vencedora, **WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07**, ofertou o veículo **VW/Saveiro Robust CS 1.6**, cujo comprimento interno (aproximadamente **1.660 mm**) é manifestamente **incompatível** com o mínimo de 2.000 mm exigido.

O Edital de licitação e seus anexos, especificam de forma clara e objetiva, que o **VEÍCULO AUTOMOTOR OKM SERÁ ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2 METROS OU MAIS DE COMPRIMENTO; ALTURA DE 1,35 METROS; LARGURA DO INTERIOR DE 1,15 METROS; PISO ANTIDERRAPANTE EM FIBRA DE VIDRO; ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED; TOMADAS; JANELA LATERAL; SUPORTE PARA SORO E PLASMA; ARMÁRIO; BANCO LATERAL; SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO; RÉGUA DE OXIGÊNIO DE 03 (TRÊS) PONTAS; PINTURA EXTERNA NA COR DO VEÍCULO; VENTILADOR E EXAUSTOR; EXTINTOR DE INCÊNDIO VEÍCULAR** dentre outras especificações mínimas exigidas para o **compartimento/leito** destinado à acomodação de pacientes durante o transporte, considerando que o FMS ao elaborar o Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, alicerçou se em informações de políticas públicas mantidas pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS nos últimos 03(três) anos, entendendo que as medidas mínimas 2,00 metros estabelecidas no Termo de Referência é suficiente e eficaz para acomodar a MACA que mede 1,95 metros.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

Por se tratar de especificações mínimas, a empresa **WA VEICULOS E CONSTRUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07, apresentou proposta com dimensões internas com 2.100 mm, ou seja, superior ao estabelecido no Edital e seus anexos que é de 2.000 mm.

A CONTRARRAZOANTE em resumo, alega o seguinte: A empresa NAVESA AUTOS LTDA, classificada em 6º lugar no certame, interpôs recurso administrativo alegando que a proposta vencedora da WA VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA não atenderia ao requisito dimensional de comprimento interno mínimo de 2 metros para o compartimento de carga, baseando-se nas dimensões originais do veículo VW/Saveiro Robust CS 1.6. A proposta da WA VEÍCULOS atende integralmente às exigências do ato convocatório, pois o veículo, após a adaptação técnica, apresentará 2.100mm de comprimento interno, superando em 5% o mínimo exigido de 2.000mm.

A NAVESA, classificada em 6º lugar, busca eliminar as cinco primeiras colocadas para ser declarada vencedora. Esta tentativa configura abuso do direito de recorrer e má-fé processual, pois:

- Sua proposta é significativamente mais cara
- Representa prejuízo ao erário público
- Viola o princípio da economicidade
- Contraria o interesse público

DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - Acórdão nº 2.218/2019 - Plenário "A interpretação das especificações técnicas deve privilegiar a substância sobre a forma, desde que o resultado final atenda ao interesse público e às necessidades da Administração."

TCU - Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário "Não há óbice legal à adaptação de veículos para atender especificações técnicas específicas, desde que o processo seja tecnicamente viável e o resultado final cumpra integralmente os requisitos editalícios."

TCU - Acórdão nº 3.148/2017 - Plenário "O princípio da economicidade impõe à Administração a escolha da proposta que ofereça a melhor relação custo-benefício, não necessariamente



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

a de maior porte ou especificação superior ao mínimo exigido."

DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

STJ - REsp nº 1.334.469/SC - 1ª Turma Relator: Min. Benedito Gonçalves "A vinculação ao edital não pode ser interpretada de forma literal e restritiva, devendo-se buscar a finalidade da norma e o atendimento ao interesse público. Se a adaptação técnica garante o cumprimento das especificações, a proposta é válida."

STJ - REsp nº 1.199.888/MS - 2ª Turma Relator: Min. Herman Benjamin "A desclassificação de proposta só se justifica quando há efetivo descumprimento das especificações técnicas, não sendo admissível interpretação que privilegie aspectos formais em detrimento da substância."

DA DOUTRINA ESPECIALIZADA

RICARDO RIBAS - "Licitações Públicas: Aspectos Práticos" "A análise das propostas deve ser pragmática e voltada ao resultado. Se a licitante demonstra, por meios técnicos idôneos, que entregará o objeto conforme as especificações, não há fundamento para desclassificação. O pregoeiro deve focar na solução final que será entregue à Administração, não nas características intermediárias do processo."

MARÇAL JUSTEN FILHO - "Lei de Licitações e Contratos Administrativos" "O interesse público reside na obtenção da proposta mais vantajosa, conceito que engloba não apenas o menor preço, mas a combinação otimizada de preço, qualidade e atendimento às especificações. A adaptação técnica que garante o cumprimento integral dos requisitos, com economia de recursos, representa a essência da proposta vantajosa."

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES - "Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico" "O silêncio do edital quanto a determinado aspecto técnico não pode ser interpretado como proibição. A Administração não pode criar exigências ou restrições implícitas que não estejam expressamente previstas no instrumento



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

convocatório. Se o alongamento não é vedado e garante o atendimento das especificações, a proposta é plenamente válida."

Considerando que, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, neste sentido, disciplina o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, conforme segue:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O Pregoeiro, cumpriu de forma objetivo as normas do Edital e seus anexos, tendo sido minutado com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, tratando os licitantes nos mandamentos do princípio da isonomia, princípio da publicidade, etc... enfim, princípio da vinculação objetiva ao Edital, tendo sido o resumo do Edital de Licitação devidamente publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Goiás, Jornal de Grande Circulação, Sítio e Placard Oficial do Município de Piracanjuba, Site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás-TCM, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e na plataforma da BOLSA NACIONAL DE COMPRAS-BNC, <https://bnc.org.br/>.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

O Tribunal de Contas da União – TCU, em seu **Manual de Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU – 4ª Edição.**

▪ **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**

Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

▪ **Princípio do Julgamento Objetivo**

Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

Não poderia ser outra a inteligência dada a matéria, uma vez que a norma em foco busca dar fiel cumprimento ao princípio da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório que norteiam as disputas dessa natureza, eis que o edital serve para dar amplo conhecimento aos interessados em participar do torneio licitatório, bem assim estabelece as regras a serem observadas no seu processamento, que vinculam a Administração e os licitantes.

Acórdão 2632/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

V – CONCLUSÃO

O Pregoeiro, no uso de suas atribuições de forma objetiva e em obediência a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, em respeito aos princípios licitatórios, em referência aos fatos apresentados e da análise realizada na razão, contrarrazão e tudo mais que consta dos autos, decide.

Por todo o exposto e por atenderem as formalidades legais CONHECER o recurso interposto pela empresa licitante **NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14**, bem CONHECER a contrarrazão interposto pela empresa licitante **WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07**, porém:

No mérito, concluo que as razões de recorrer apresentadas pela empresa **NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14**, com fundamento nos Princípios da Licitação, Princípios norteadores da Administração



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO

Pública em especial ao Princípio da Legalidade e ao **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório bem como Princípio do julgamento objetivo** nos termos do Edital de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 025/2025, se mostraram insuficientes para conduzir-me a reforma da decisão atacada, sendo então motivo suficiente para **JULGAR IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa licitante **NAVESA AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.330.274/0001-14;**

De forma objetiva, concluo que a contrarrazão apresentada pela empresa **WA VEICULOS E CONSTRUÇOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07,** com fundamento nos Princípios da Licitação, Princípios norteadores da Administração Pública em especial ao Princípio da Legalidade e ao **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório bem como Princípio do julgamento objetivo** nos termos do Edital de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 025/2025, se mostra satisfatório para manter a decisão atacada, sendo então motivo suficiente para **JULGAR PROCEDENTE** a contrarrazão interposta pela empresa licitante **WA VEICULOS E CONSTRUÇOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07,** sendo assim:

a) Permanecendo inalterado o resultado da sessão pública de processamento da Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 025/2025, lavrado em Ata da sessão pública realizada no dia 03/10/2025, ou seja, permanecendo habilitada a empresa **WA VEICULOS E CONSTRUÇOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07,** por atender de forma satisfatória as exigências mínimas do Ato Convocatório.

b) O Pregoeiro, cumpriu de forma objetivo as normas do Edital e seus anexos, tendo sido minutado com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, sendo aprovado pela Assessoria Jurídica e Órgão de Controle Interno. Ressaltando que no Ato Convocatório, menciona por diversas vezes o termo **“Veículo automotor 0Km ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA”**.

Importante destacar que a análise e decisão deste Pregoeiro não vincula a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à Autoridade Administrativa superior, a quem cabe a análise desta e a decisão final.

Levando-se em conta o princípio do duplo grau de jurisdição, submeto a presente decisão a Excelentíssima Senhora Marcella Marques Cavalcante, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, remetendo-se o processo para decisão final, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Entendendo a Excelentíssima Senhora Secretária Municipal de Saúde pela deliberação como sendo correta, comunique-se a recorrente da decisão e as devidas publicações.

Nada mais havendo a informar, publique-se, para conhecimento dos interessados.

Piracanjuba-GO, aos 17 dias do mês de outubro de 2025.

SAVIO VIANA DA
SILVA:70294285105
5105

Assinado de forma
digital por SAVIO
VIANA DA
SILVA:70294285105
Dados: 2025.10.17
13:46:38 -03'00'

Sávio Viana Da Silva

Agente de Contratação

Pregoeiro Oficial